

Só para concluir, Sr. Presidente, não sei se ainda dá tempo, não sei como está a lista, eu queria só colocar aqui que estamos também acompanhando apreensivos e já tomando providências, logicamente, porque a gente não tem uma posição passiva em relação às denúncias que nós recebemos. Nós acionamos os órgãos competentes, ou seja, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal, quando é o caso.

Olha, a situação é grave. Estamos já vivendo uma quarta onda da Covid e as nossas escolas estão contaminadas, Sr. Presidente. Todos os dias, todas as horas. Ontem mesmo eu fui a várias escolas e há muita gente contaminada: alunos, professores e servidores contaminados.

Há uma omissão do poder público em relação a isso. Não há testagem, não há intensificação da vacinação, não há exigência de máscaras, não há exigência de comprovante de vacinação.

Está um "Deus-dará", todo mundo se contaminando e as mortes aumentando, os hospitais recebendo muitas crianças. Não houve ainda a vacinação das crianças no estado de São Paulo, não avançamos nessa direção, ou seja, há uma omissão do poder público em relação a isso. A Covid não acabou.

Então, vamos também amanhã realizar uma audiência pública sobre esse tema com especialistas, com os relatos das escolas, mas repito: a situação é grave e o governo praticamente lavou as mãos em relação a isso. Repito: tem que ter testagem em massa, tem que ter incentivo à vacinação em massa da população.

A população tem que se vacinar, é a única saída. Sem vacinar não dá. Não adianta ficar falando em cloroquina. A gente tem que falar de vacina. É a vacina que salva as pessoas.

Todo mundo tem que se vacinar, exceto quem não tem condições, quem tem alguma doença, aí tem exceção para essa pessoa, mas 99% das pessoas devem tomar a vacina. É a única forma de a gente evitar as mortes, que estão crescendo. Principalmente, as internações crescem, internações de crianças.

Estamos preocupados com isso. São os relatos que estamos recebendo aqui na Assembleia Legislativa, em nosso gabinete e nas visitas e diligências que estamos fazendo em várias escolas públicas e algumas privadas também. O Hospital Santa Catarina, aqui perto, na Av. Paulista, particular, outro dia tinha uma fila imensa. Demoravam oito, dez horas para atender uma criança.

Então, a situação é grave, mas repito: tem uma omissão do estado. Já acionamos o MP, para que investigue essa omissão do estado, da prefeitura. O governo federal nem se fala, não vamos perder tempo com a aberração que é um governo que joga a favor do vírus, que sempre jogou, desde o início, na promoção da contaminação do povo brasileiro. O governo federal é responsável por mais da metade das mortes que ocorreram no nosso país, mas ele terá um julgamento logo, logo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo então acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convida V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Muito obrigado a todos.

Está levantada a sessão.  
\* \* \*  
- Levanta-se a sessão às 14 horas e 45 minutos.  
\* \* \*

## 9 DE JUNHO DE 2022 55ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, TENENTE NASCIMENTO e JANAINA PASCHOAL

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE  
1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão.  
2 - LECI BRANDÃO Por inscrição, faz pronunciamento.  
3 - JANAINA PASCHOAL Por inscrição, faz pronunciamento.  
4 - TENENTE NASCIMENTO Para comunicação, faz pronunciamento.  
5 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA Endossa o pronunciamento do deputado Tenente Nascimento.  
6 - TENENTE NASCIMENTO Assume a Presidência.  
7 - CORONEL TELHADA Por inscrição, faz pronunciamento.  
8 - PRESIDENTE TENENTE NASCIMENTO Comenta visitas e parabeniza a atuação dos vereadores de Jaú presentes nesta Casa.  
9 - DOUGLAS GARCIA Por inscrição, faz pronunciamento.  
10 - JANAINA PASCHOAL Por inscrição, faz pronunciamento.  
11 - DOUGLAS GARCIA Por inscrição, faz pronunciamento.  
12 - JANAINA PASCHOAL Assume a Presidência.  
13 - TENENTE NASCIMENTO Por inscrição, faz pronunciamento.  
14 - TENENTE NASCIMENTO Para comunicação, faz pronunciamento.  
15 - DOUGLAS GARCIA Por inscrição, faz pronunciamento.  
16 - DOUGLAS GARCIA Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.  
17 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 10/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.  
\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.  
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente na data de hoje, dia 9 de junho de 2022, quinta-feira.

Iniciando o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: o primeiro deputado é o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdOB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV Alesp, estamos no quarto dia das buscas pelo indigenista Bruno Araújo Pereira e pelo jornalista inglês Don Phillips, que desapareceram no último domingo quando navegavam pela terra indígena Vale do Javari, lá no Amazonas.

Esse assunto é grave e merece toda a nossa atenção. Não podemos assistir a isso como se fosse normal, porque o Bruno e

o Don estavam no exercício da profissão, fazendo um trabalho importante de informar e denunciar os graves conflitos que estão acontecendo na Amazônia.

A reserva do Vale do Javari é palco de conflitos relacionados ao tráfico de drogas, roubo de madeira e garimpo ilegal. A situação é mais preocupante quando a viagem dos dois é definida como, abre aspas, uma aventura não recomendada, e quando o ministro da Defesa declara, em audiência na Câmara, não ter "noção do que tem acontecido", não entendo mais nada.

Entidades indígenas divulgaram nota cobrando mais ações do governo nas buscas. No comunicado, as entidades denunciavam que na segunda-feira apenas seis policiais militares e uma equipe da Funai trabalhavam nas buscas.

Apenas depois da determinação da juíza federal Jaiza Maria Frasesques, do Amazonas, foi que órgãos do governo federal foram envolvidos nas buscas com uso de helicópteros, embarcações e equipes de busca da Polícia Federal, ou seja, é mais um ato que mostra descaso, omissão, conveniência com ações ilegais, e as pessoas só começam a agir quando são obrigadas pela Justiça.

A gente se manifesta nessa tribuna sobre essa situação, porque não apenas as coisas do estado de São Paulo, que é o estado mais importante dessa Nação, é que nos dá motivo de vir falar nessa tribuna, também as questões que acontecem no Brasil e, principalmente, as questões delicadas, que dois, um jornalista, um homem que se preocupava muito com as questões dos indígenas, e o outro, que embora não seja brasileiro, mas também tinha esse tipo de preocupação... a gente tem que registrar aqui.

Como até agora ninguém falou seriamente sobre isso, a gente tem que chegar aqui e chamar a atenção para o que está acontecendo.

Espero em Deus que o resultado dessa busca seja encontrando os dois com saúde.

Muito obrigada, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada.

Próximo deputado é o deputado Coronel Telhada. Falarei posteriormente. Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal.

Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V.Exa., Sr. Presidente, os colegas deputados presentes aqui na Casa, os funcionários; eu fiz uma indicação solicitando ao Sr. Governador adotar medidas para construir uma passarela na rodovia Vereador Abel Fabrício Dias, no município de Pindamonhangaba.

Por que eu fiz essa indicação? Porque professores da Fatec de Pindamonhangaba, a comunidade também discente, têm um pleito de que seja feita uma passarela para evitar os muitos atropelamentos.

O local é escuro, muita gente usa a rodovia ali, segundo os relatos que nós recebemos, para desviar do pedágio. Então coloca os alunos, os funcionários e os professores em risco.

E aí eu recebi a resposta - como sempre eu agradeço a resposta - mas uma resposta assim muito genérica, assinada pelo Dr. Edson Caran, que responde pelo DER. O que diz o Dr. Edson? Que a solicitação se encontra registrada para análise, aguardando a oportunidade e os recursos orçamentários para o desenvolvimento do respectivo projeto, visando integrá-lo ao futuro do programa de obras dessa autarquia.

Eu sei que toda obra custa caro, eu sei que é necessário ter uma programação, mas também entendo que a segurança à vida, a integridade física, sobretudo dos nossos alunos, deve ser prioridade. E eu sei também que esta Casa, ao votar o Orçamento, no ano passado, liberou quatro bilhões a mais para obras em estradas.

Então, eu venho aqui pedir, tinha pedido já, por meio de documentação, mas agora peço também na tribuna um olhar atencioso, carinhoso, para que essas pessoas que frequentam a Etec de Pindamonhangaba tenham segurança. Fica um pleito público agora.

Também venho recebendo algumas queixas de familiares de alunos dos Institutos Técnicos Federais relativamente à falta de alimentação. Já estou agendando algumas visitas a alguns institutos.

Eu tenho mesmo como prioridade a proteção, a educação, a saúde e a nutrição de crianças e adolescentes, e venho recebendo assim muitas reclamações de alunos dessas escolas técnicas federais que ficam sem merenda, que ficam sem almoço.

Em alguns locais, houve a explicação - que às vezes a palavra "desculpa" parece que é algo ruim - de que as mudanças foram feitas por força da pandemia, que os refeitórios tiveram que ficar fechados para evitar a contaminação, mas as crianças, os jovens, não têm como estudar sem alimentação. Algumas famílias têm condições, mas outras não.

Então, pelo menos seria o caso de fazer uma verificação de quais são as famílias mais carentes cujos filhos precisam da alimentação escolar. Então, fica aqui esse pedido em nome da Fatec de Pindamonhangaba - talvez eu tenha dito Etec - e dos institutos técnicos federais no que concerne à alimentação.

Obrigada, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada. Próximo deputado é o deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.)

Deputada Valéria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Teonilo Barba. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.)

Pela lista suplementar... Eu solicito ao deputado... O senhor vai fazer uma comunicação?

O SR. TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - É.  
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Por favor, deputado. Deputado Nascimento fará uma comunicação.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu quero anunciar aqui, na presença do plenário, o nobre vereador Rodrigo, da cidade de Jaú. Quería que o Rodrigo ficasse em pé. Também o Guerra. Ele é da Instituição Amaral Carvalho, em Jaú, onde tem tido o apoio desta Assembleia Legislativa e também da nossa, principalmente onde nós temos enviado projetos e emendas lá, a Amaral Carvalho, lá em Jaú.

Também, juntamente com eles, acompanha o pastor Alexandre e também o meu amigo, pastor Ismael, da nossa igreja, o Ministério de Ipiranga, lá de Jaú. Esses nossos convidados estão hoje aqui prestigiando, vieram conhecer esta Casa de Leis. Então, eu quero aqui agradecer e parabenizá-los por essa visita.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado. Cumprimentando os senhores vereadores e o senhor pastor também, muito obrigado pela presença. É um prazer recebê-los nesta Casa de Leis. Sejam bem-vindos e fiquem à vontade.

Eu solicito que algum deputado assuma a Presidência, que sou o próximo a fazer uso da palavra. Deputada Janaina, pode ser? Então, deputada Janaina fará uso da palavra. Você assume, Nascimento, por favor? Nós já ingressamos na lista suplementar.  
\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Tenente Nascimento.  
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Pela lista suplementar, então, tem a palavra o deputado Coronel Telhada. Quero chamar então Leo Oliveira, deputado

Leo Oliveira. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada tem o tempo regulamentar para o seu pronunciamento.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Presidente. Convidar o tenente Tássio a vir aqui à frente, por favor. Quero cumprimentar todos os deputados aqui presentes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assessores e funcionários.

Quero saudar aqui todos que nos assistem pela Rede Alesp, saudar nossas policiais militares - hoje só estão as mulheres policiais militares aqui, mais o tenente - e os nossos colegas policiais civis também, todos das assessorias policiais aqui da Assembleia.

Antes de minha fala, eu queria apresentar - vem aqui, tenente, por favor - a todos o tenente Tássio. O tenente Tássio está chegando aqui na nossa assessoria Policial Militar. Está ao meu lado aqui, se a câmera puder filmá-lo, por gentileza. Isso. O tenente Tássio é um jovem oficial, chegou nessa semana, né?

Está vindo do 160 BPMI, na região de Fernandópolis. Ele é filho da terra lá, portanto, está longe de casa. Seja bem-vindo, tenente. É um prazer receber o senhor aqui. Desejamos sucesso nas novas missões. Conte conosco aqui, está bom? Muito obrigado pela presença do senhor. Sucesso na missão. Obrigado, tenente.

Aproveitando, eu quero falar hoje da nossa Polícia Penal. Vários deputados aqui fizeram indicações, fizeram propostas quanto à criação da Polícia Penal. Nós também fizemos indicações pelo chamamento dos concursos para a Secretaria de Administração Penitenciária. E hoje o nosso governador Rodrigo Garcia... Eu falo: a gente vem aqui para criticar, mas também não pode deixar de comentar as coisas boas.

O governador Rodrigo Garcia assinou hoje a posse de mais de 1.500 homens e mulheres que estão ingressando na Secretaria de Administração Penitenciária. Foi um evento que aconteceu lá no Memorial da América Latina.

E o governador também anunciou que está encaminhando para esta Casa a PEC que cria a Polícia Penal de São Paulo. É um grande avanço. Outros estados já fizeram isso; São Paulo está um pouco atrasado nessa situação, mas antes tarde do que nunca.

Então, chegando essa PEC, tenho certeza de que haverá empenho de todos os deputados para nós a assinarmos o mais rapidamente possível, porque nós temos que ter nossos irmãos policiais penais trabalhando, sendo valorizados, não só na guarda e segurança dos presídios, das casas de detenção; enfim, dos estabelecimentos penais.

Mas principalmente na escolta de presos, que é um serviço que onera em muito a Polícia Militar, e a Polícia Civil em alguns casos também. E nós precisamos dessa tropa liberada para o patrulhamento motorizado, para o policiamento normal.

Então, muito obrigado, governador, pelo encaminhamento dessa PEC. Aguardamos ansiosamente. Aqui, nós tínhamos já algumas PECs, trabalhos do deputado Delegado Olim, do deputado Giannazi; indicações minhas, da Janaina, do Douglas, do Nascimento. Acho que todos nós fizemos indicações. Então, é um prazer a gente ver as coisas acontecendo assim e saber que nós acabamos colaboramos também.

Infelizmente, falando em Polícia Penal, eu não posso deixar de citar aqui a fatalidade, o falecimento do policial penal Lucas Aguiar, um jovem policial que foi morto ontem num assalto, quando ele estava saindo de uma academia lá no bairro do Morumbi. Ele foi morto na noite de terça-feira, dia sete, antes de ontem. Ele chegou a ser socorrido no Hospital das Clínicas, mas infelizmente não resistiu aos ferimentos.

Então, o que acontece: essa ocorrência vem como um roubo. A gente não sabe até onde foi um assalto, um roubo; se foi uma vingança, porque infelizmente os policiais penais são muito expostos a esse tipo de ameaça, a esse tipo de ação de criminosos.

Ele era jovem ainda. Eu não tenho exatamente a idade dele, mas pela foto nós podemos ver que ele é bem jovem. Estava estudando direito. E ele teve uma atuação muito importante na contenção da rebelião seguida de incêndio no Centro de Progressão Penitenciária - CPP - de Porto Feliz, em março de 2020.

Ele será sepultado, ou já foi sepultado, no município de Araguaçu, em Minas Gerais, que é a cidade natal desse jovem policial penal, Lucas Aguiar. Então, nós mandamos aqui um abraço e nossos sentimentos de pêsames à família do Lucas Aguiar e a toda a Polícia Penal do Estado de São Paulo.

Hoje pela manhã, estivemos na Marinha do Brasil, onde foi comemorado mais um ano da Batalha de Riachuelo. Várias autoridades, personalidades, foram homenageadas com a medalha do mérito naval. Então, parabéns a todos os que foram homenageados.

Quero mandar o meu abraço aqui ao comandante do 8o Distrito Naval de São Paulo, o almirante Guilherme, e a todos os homens e mulheres da nossa querida - eles falam da "minha", da "nossa" - Marinha do Brasil, que presta um excelente serviço em todo os mares e rios brasileiros.

São pessoas, homens e mulheres, que devem ser valorizados pelo trabalho excepcional que realizam durante todos os dias, todos os meses e todos os anos, cuidando do povo brasileiro.

Eu quero aqui cumprimentar também os vereadores e o pastor, em especial o vereador Rodrigo, coordenador do nosso partido Progressistas lá em...

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Já.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Já. A terra de Jaú é a terra do comandante Ribeiro de Barros, que atravessou, salvo engano em 1927... Saindo da Itália e veio até o Brasil com o hidroavião Jaú, que tem o nome de Jaú por causa da sua terra, né? Foi a primeira viagem transatlântica nesse sentido. Então um abraço a todos de Jaú. Senhores, muito obrigado, levem o nosso abraço à sua cidade. E parabéns ao Tenente Nascimento, que trouxe os senhores para cá. Muito obrigado.

Muito obrigado, presidente, e desculpe o tempo excedido.  
O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Seguindo a lista de oradores inscritos, deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. Na Lista Suplementar, o deputado Douglas Garcia tem o tempo regulamentar para o seu pronunciamento de cinco segundos.

Como já falamos aqui, nossos convidados estão aqui conhecendo o nosso plenário. Quando eu chego lá em Jaú, sou muito bem recebido por esses convidados que aqui estão, vereador lá na Câmara. Amaral Carvalho, estamos juntos nessa caminhada, né?

É importante, e aos pares também, aos deputados que possam estar ajudando essa importante instituição que tem atendido não só Jaú - não é isso, Rodrigo? -, não só Jaú, mas o estado inteiro, 500 cidades.

Então é importante ressaltar, Guerra. Parabéns pelo trabalho, e vamos continuar realmente dando esse apoio. Convido os pares para que também ajudem essa importante instituição. Ao pastor Ismael e ao pastor Alexandre já falamos a respeito.

O deputado Douglas Garcia tem o tempo regulamentar para o seu pronunciamento.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero aqui cumprimentar todos os deputados da Assembleia Paulista, cumprimentar todos os servidores da Assembleia de São Paulo e o público que nos acompanha através da Rede Alesp e também aqui na galeria.

Eu quero começar o meu discurso parabenizando o Ministério da Saúde por intermédio de uma cartilha editada, uma cartilha excepcional, extraordinária, que orienta todos os agentes da área da Saúde com relação aos casos de aborto que acontecem aqui no nosso Brasil.

Nas palavras do Sr. Marlon Derosa, que é um bioético, fundador da Escola de Bioética, diz o seguinte: "Acaba de ser publicada a nova norma técnica sobre o aborto pelo Ministério da Saúde. O documento derruba a norma antiga feita pela gestão lulopetista, que promovia radicalmente o aborto. Na nova redação, são dados passos importantes da proteção da dignidade da vida humana, proteção integral da mulher vítima de violência e dos bebês.

O texto ressalta que a vida deve ser protegida desde a concepção. No Brasil, não existe uma lei de aborto legal. Os médicos não podem fazer abortos após os limites da viabilidade, e esses limites estão caindo drasticamente pelos avanços da medicina.

A mulher vítima de violência deve ser protegida, e isso inclui levar a violência sexual à apuração da polícia, para neutralizar o agressor. Os médicos são obrigados a darem tratamento médico a bebês prematuros, que não podem ser considerados abortos nem mortos", e muito mais.

Senhores, esta cartilha editada pelo Ministério da Saúde deve ser defendida por todos os brasileiros que lutam a favor da vida. Então eu quero parabenizar mais uma vez o Ministério da Saúde, que simplesmente fez um atropelo a toda essa militância maldita que promove a cultura da morte aqui no nosso Brasil.

Eu gostaria de destacar que, nessa parte da cartilha, ele defende uma investigação policial nos casos de aborto em que prevê o excludente de ilicitude quando se trata de violência sexual.

E por falar em violência sexual, essa cartilha - e eu vou utilizar esse novo edital trazido pelo Ministério da Saúde, essa nova portaria trazida pelo Ministério da Saúde - irei utilizar aqui na Assembleia Legislativa para oficiar a Secretaria de Saúde de São Paulo, bem como convidarei também uma comitiva do governo federal para fazer uma visita ao Hospital Pérola Byington.

Eu estive em visita ao Hospital Pérola Byington e questione-nei presencialmente a direção do hospital sobre todos os casos que infelizmente acontecem de violência sexual. São atendidos quatro mil casos de violência sexual por ano no Hospital Pérola Byington. Desses quatro mil casos, resultam 2,4 mil casos de aborto. Infelizmente, 2,4 mil casos de aborto.

Senhores, o procedimento de atendimento de casos de aborto no Hospital Pérola Byington é feito entre duas etapas. Na primeira etapa, nas primeiras 48 horas, está na fase aguda.

Nas primeiras 48 horas, na fase aguda em que ocorreu o ato de violência sexual, tem o atendimento da mulher no Hospital Pérola Byington. Após essas 48 horas, já entra na fase crônica, que ocorre após 48 horas da data em que ocorreu o ato de violência sexual.

Tanto na fase aguda como na fase crônica, hoje, o Hospital Pérola Byington faz o atendimento desses casos e procedimentos de aborto sem a exigência do boletim de ocorrência.

Não existe a exigência do boletim de ocorrência para o procedimento de aborto no Hospital Pérola Byington. Pergunto: como é feito, como é atestado, como é verificado, como é aferido, por parte da administração do hospital, se, de fato, ocorreu a violência sexual da vítima?

Qualquer mulher que chega no Hospital Pérola Byington e diz: "sofri uma violência sexual" pode passar pelo procedimento de aborto. Isso é extremamente preocupante senhores, e agora essa portaria é editada.

Essa cartilha que foi trazida pelo Ministério da Saúde vai de encontro com as necessidades para combater frontalmente aquilo que está sendo disseminado e espalhado no Hospital Pérola Byington.

Então, eu vou oficiar ao Governo Federal para que uma comitiva - para concluir, Sr. Presidente - por intermédio do Ministério da Saúde, venha visitar o Hospital Pérola Byington e verificar de que forma o procedimento padrão está sendo feito para o atendimento de casos envolvendo violência sexual.

E digo mais. O agente de Saúde que não seguir à risca aquilo que está sendo determinado pelo Ministério da Saúde vai sair de dentro do Hospital Pérola Byington algemado, direto para a cadeia. Porque está fazendo um procedimento de aborto absolutamente fora do excludente de ilicitude previsto em lei, e precisa sim ser preso.

O aborto é assassinato, e todo aborto é crime, como bem dito pelo Ministério da Saúde. E aqui eu quero mais uma vez parabenizar, e vou lutar contra esse absurdo que está acontecendo no Hospital Pérola Byington. Principalmente agora, com todo esse arsenal, esse arcabouço jurídico trazido pelo Ministério da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Seguindo a lista de oradores inscritos na lista suplementar do Pequeno Expediente, quero chamar para fazer o seu pronunciamento a deputada Janaina Paschoal. A deputada Janaina Paschoal tem o tempo regulamentar para o seu pronunciamento.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Eu cumprimento o colega Douglas por trazer essa importante pauta para esta Casa, e se realmente organizar essa audiência pública, e já peço para ter a honra de participar. Eu queria discutir um pouquinho esse assunto. Também sou uma apoiadora do Dr. Rafael Câmara, que é o secretário nacional de atenção básica, que é quem cuida dessa parte de Saúde das mulheres, Saúde dos bebês também.

Tive a oportunidade de conhecer o Dr. Rafael, quando fui sustentar oralmente contra a ação interposta pelo PSOL perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de legalizar o aborto.

Porque, muito embora o PSOL, quando fala do tema em entrevistas - quando eu digo PSOL, é por meio, obviamente, de seus quadros -, diga que o pleito que tramita perante o Supremo é de descriminalização, ou seja, de retirar a discussão do Código Penal, quando a petição inicial é lida na sua íntegra, na verdade é um pedido de legalização.

O que o PSOL quer é que uma mulher grávida possa chegar em um Hospital do SUS, em um equipamento público de Saúde, e dizer: "olha, quero interromper essa gravidez, quero fazer o aborto sem dar nenhuma explicação", e é inconcebível que isso aconteça, até porque todos nós que estamos na vida pública sabemos das dificuldades.

Esta manhã mesmo, porque as pessoas acabam tendo nosso WhatsApp, mandaram mensagem, e eu não consegui ainda responder, de uma moça de 22 anos que pode falecer pela falta de um medicamento renal. Ontem, na audiência secretária da Saúde, eu mandei uma lista de medicamentos que estão faltando.

Então, nós sabemos as carências que há, as dificuldades que há, e não tem cabimento utilizar recursos da Saúde para impedir que as pessoas nasçam.

Então, esse pleito do PSOL é absolutamente insustentável. Por isso me inscrevi, fui ao Supremo, sustentei oralmente. Conheci o Dr. Raphael Câmara. Na época, eu nem pensava em estar aqui. O Dr. Raphael, imagino que nem sonhava em ser o secretário nacional de Atenção Básica à Saúde. Foi muito antes das eleições de dezembro.

Mas eu queria estabelecer aqui uma reflexão sobre discursos que respeitamos em entendendo que findam sendo, vamos dizer assim, radicais, no sentido contraposto, e o radicalismo em um sentido acaba por estimular o radicalismo no outro. O que eu quero dizer com isso?

A legislação brasileira para esse tema do aborto é uma boa legislação. Ela é uma boa legislação. A pessoa que faz um aborto, a mulher grávida que faz um aborto porque engravidou em uma situação de estupro, ela não vai ter nenhuma punição penal. A pessoa, a mãe que está correndo risco de vida e a

